



O Holocausto Nazista: a criação do Estado de Israel e da sua identidade nacional

Gabriel Saldanha Lula de Medeiros¹

Resumo: Passados somente três anos após a queda do Terceiro Reich foi criado em 1948, na região da Palestina, o atual Estado de Israel. Décadas antes, ganhava força na Europa o movimento sionista, que tinha por objetivo a reconstituição da região como um “lar judeu”, assim como havia sido até o primeiro século quando teve início a diáspora judaica após a expulsão por parte do Império Romano. Por isso, o presente trabalho tem como objetivo responder à seguinte questão problema: “quais são os impactos do Holocausto para a criação do Estado de Israel e da sua identidade nacional?”. Para tanto, foram escolhidos textos avaliados por pares e disponíveis na plataforma do Google Acadêmico, além de alguns livros de autores especializados. Constitui-se, portanto, num artigo de revisão bibliográfica de cunho qualitativo. Conclui-se que o Holocausto aproximou a comunidade internacional para a causa sionista, inclinando a ONU para resolver o impasse na Palestina em favor da criação de um “Estado judeu”.

Palavras-chave: Holocausto; Estado de Israel; Identidade nacional; Terceiro Reich; Nazismo.

The Nazi Holocaust: the creation of the State of Israel and its national identity

Abstract: Only three years after the fall of the Third Reich, the current State of Israel was created in the region of Palestine. Decades earlier, the Zionist movement was gaining strength in Europe, which aimed to reconstitute the region as a “Jewish home”, as it had been until the first century when the Jewish diaspora began after expulsion by the Roman Empire. Therefore, the present work aims to answer the following problem question: “what are the impacts of the Holocaust for the creation of the State of Israel and its national identity?”. For this purpose, texts evaluated by peers and available on the Google Scholar platform were chosen, in addition to some books by specialized authors. It constitutes, therefore, a bibliographic review article, of a qualitative nature. It is concluded that the Holocaust brought the international community closer to the Zionist cause, inclining the UN to resolve the impasse in Palestine in favor of the creation of a “Jewish State”.

Keywords: Holocaust; Israeli state; National identity; Third Reich; Nazism.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER. Licenciando em História pela UNINTER. Contato: gabriellula96_@hotmail.com.

Introdução

Há mais de 75 anos, o mundo conheceu a face mais cáustica do antissemitismo. Os judeus, que ao longo dos séculos foram vítimas de discriminação de toda a ordem, enfrentaram o primeiro assassinato industrializado da história da humanidade, quando foram aniquilados dois terços de sua população em todo o continente europeu.

O Partido Nazista surgiu na Alemanha ao fim da década de 1910, logo após a derrota na Primeira Guerra Mundial e as humilhações impostas por seus vencedores através do Tratado de Versalhes. Nesse contexto, a narrativa antissemita dava conta de que os israelitas estariam por trás de grandes conspirações para a derrubada do Império Alemão. Por isso, alguns radicais culpavam a população judaica daquele país por toda a sorte de crises que se seguiram após o advento da República de Weimar: desemprego, inflação, crise política, humilhação internacional, aumento da dívida pública... Como se não bastasse, ainda havia uma atmosfera artística e “científica” (se é que podemos chamar assim), influenciada pelas correntes do darwinismo social, que previam que algumas “raças” humanas eram superiores a outras, devendo as primeiras dominar as últimas. Os alemães, por sua vez, eram postos em um nível de evolução humana superior graças à suposta descendência de uma civilização nórdica de grandes características físicas e intelectuais – a chamada civilização de Arya, da famosa raça ariana, que nunca passou de um mito fomentado pela elite europeia com vistas a inflar o próprio ego. Tão logo o antissemitismo encontrou as teorias do darwinismo social, o resultado foi a imediata classificação dos judeus como corruptos e degenerados, um perigo para o sangue puro ariano.

No campo político, a discriminação aos israelitas foi uma das causas importantes do Partido Nazista, embora tenha se acentuado após a chegada de Hitler ao poder ao fim de janeiro de 1933. Desde então, o Estado do Terceiro Reich passou a tomar medidas para excluir, aos poucos, a população semita da vida pública nacional. Dentre as proibições previstas em lei, estavam a participação dos judeus nas artes e na imprensa, o casamento com alemães, o exercício de algumas profissões (como advogado e professor) e, posteriormente, as crianças judias tiveram suas vagas limitadas nas escolas do Reich, até que não tivessem mais vaga alguma. Tudo isso sem contar o confisco de propriedades judaicas, o boicote ao comércio judaico, as expulsões em massa e os atos de violência de rua e as depredações que se acentuaram após o ano de 1938, com a conhecida Noite dos Cristais.

Neste artigo, vamos trazer todo o contexto de perseguição antisemita que envolveu o Terceiro Reich até desembocar no Holocausto, que constitui a aniquilação quase completa da população judaica da Europa, a fim de responder à seguinte questão: “quais são os impactos do Holocausto para a criação do Estado de Israel e da sua identidade nacional?”.

Métodos

O presente trabalho constitui-se numa revisão bibliográfica integrativa, qualitativa que teve como objetivo responder à seguinte questão-problema: “quais são os impactos do Holocausto para a criação do Estado de Israel e da sua identidade nacional?”. Para tanto, foram coletados textos indexados e avaliados por pares, em português e em inglês, na plataforma do Google Acadêmico, além da utilização de livros de autores especializados.

A temática principal deste artigo está intimamente relacionada às questões de violação de direitos humanos ao longo do regime nazista de Adolf Hitler. Por isso, a escolha dos textos utilizados para compor a bibliografia deste manuscrito levou em consideração o respeito aos grupos humanos vítimas de perseguição e outras formas de violência durante o Terceiro Reich, em especial à comunidade judaica.

Tabela 1 – Textos que fizeram parte da “Discussão” do presente artigo.

Autores/Ano	Título	Publicação	Principais resultados
BROG, Mooli. (2003)	Victims and Victors: Holocaust and Military Commemoration in Israel Collective Memory.	Israel Studies, volume 8, number 3. 2003.	Até a década de 1970, a criação da identidade coletiva israelense girava em torno da história militar do país. A partir da década de 1970, com o declínio do nacionalismo baseado no militarismo, ocorreu uma “reconciliação” da nação com relação aos sobreviventes do Holocausto.
COMAS, Juan. (1951)	The racial question in modern science: racial myths.	Unesco Paris, United Nations. Educational, Scientific and Cultural Organization. 1951.	O povo judeu em dispersão após a expulsão de Israel pelo Império Romano se espalhou especialmente em direção ao norte da África, à Península Ibérica e à Ásia, permanecendo nesse exílio ao longo de quase dois milênios.
ECHOES AND REFLECTIONS . (s.d)	A Brief History of Israel.	Disponível em: https://echoesandreflections.org/wp-content/uploads/2014/09/ABriefHistoryOfIsr	No dia 14 de maio de 1948, o Estado de Israel foi oficialmente criado a partir da Resolução 181 da ONU, que encerrava o controle britânico sobre a região, e da assinatura da

		ael.pdf. Acesso em: 09/07/2022, às 02:50.	Declaração de Independência de Israel, no mesmo dia, pelo líder do movimento sionista, David Ben-Gurion.
FRIESEL, Evyatar. (1996)	Holocaust: Factor in the Birth of Israel?	In: Major Changes Within the Jewish People in the Wake of the Holocaust. Yad Vashem, Jerusalem, 1996.	A atuação da ONU para a criação do Estado de Israel foi fundamental, pois era uma “expressão factual” de que a questão palestina havia se tornado também um assunto de interesse internacional.
KLAR, Yechiel; EYAL, Noa Schori; KLAR, Yonat. (2013)	The “Never Again” State of Israel: The Emergence of the Holocaust as a Core Feature of Israeli Identity and Its Four Incongruent Voices.	Journal of Social Issues. Vol. 69. No. 1. 2013, pp. 125-143.	Mais de 98% da população adulta do país acredita que relembrar o Holocausto seja um “princípio guia” em suas vidas. A memória coletiva de tal episódio perpassa todas as áreas predominantes da vida social e cultural local, como a literatura e as artes visuais.
KRELL, G. (2015)	Shadows from the Past: the Nazi-Regime, the Holocaust, and Germany’s Relationship towards the Israeli-Palestinian Conflict.	PRIF Working Press, 26. Frankfurt Am Main: Hessische Stiftung Friedens und Konfliktforschung. 2015.	Se não houvesse Holocausto, a comunidade judaica americana não apoiaria o sionismo quase unanimemente como ocorreu, assim como a comunidade política internacional possivelmente também não consideraria a criação de um Estado judeu como uma necessidade urgente.

Fonte: Dados da pesquisa.

A questão judaica no Terceiro Reich

Para compreendermos a questão judaica na Alemanha Nazista, precisamos ir até sua gênese. Afinal, qual o motivo de tanto ódio contra o povo semita? De acordo com Wichert Ten Have e Maria Van Haperen (2012), a discriminação aos judeus acentua-se após o advento e a popularização do cristianismo, uma vez que o povo de Israel foi historicamente acusado de encaminhar Jesus para a morte durante o período de dominação romana. Ao longo da história, com a expulsão desse povo de sua região original pelo general romano Tito, em 70 EC, dando início à diáspora judaica, a perseguição continuou.

No início da Idade Moderna, ainda na virada do século XV para o século XVI, a Igreja e os reinos de Espanha e Portugal culpavam os israelitas pelo advento das crises e da Peste Negra que assolavam a Europa. Por isso, dentre outros motivos, esses governos monárquicos e a Inquisição Católica promoveram a condenação em massa e o massacre público de judeus,

como é o caso do grande Massacre de Lisboa, acontecido em abril de 1506, no largo do Rossio, durante o reinado de Dom Manuel I, quando cerca de 4 mil pessoas foram mortas pela população durante a celebração da Páscoa cristã – matança esta que foi incentivada e iniciada por frades dominicanos, como mostra o livro “O Último Cabalista de Lisboa”, de Richard Zimler (2013). Além de serem culpados por toda a sorte de pestes e de crises, ainda foram culpados, já na Idade Contemporânea, pela Revolução Industrial e pela onda de desempregos que se seguiu ao advento das máquinas em virtude do número importante de judeus em atividades comerciais e, posteriormente, industriais e financeiras (TEN HAVE e VAN HAPEREN, 2012).

Durante a Idade Contemporânea, dois acontecimentos contribuíram para o aumento do antissemitismo: as teorias a respeito do arianismo e o advento do darwinismo social.

O arianismo foi uma corrente de pensamento surgida especialmente na França e na Alemanha que levantava a possível existência de uma civilização nórdica de grandes capacidades físicas e intelectuais, chamada de Arya. Os arianos, portanto, eram vistos e defendidos por alguns autores desses dois países como sendo os antepassados do povo germânico. Essas ideias de ascendência nórdica de seres de grandes capacidades logo foram popularizadas pela imprensa, pela literatura e pelas artes, pois muitos queriam se autoafirmar como tais (COMAS, 1951). Claros exemplos são a obra do autor de ópera Richard Wagner, de quem Hitler era profundo admirador, e os escritos do diplomata francês Arthur de Gobineau, que queria justificar a sua posição de nobreza através da ascendência ariana “privilegiada”.

A Teoria Evolucionista de Charles Darwin serviu de maneira equivocada como pano de fundo para o desenvolvimento de teorias ditas científicas no campo do chamado “darwinismo social”, ramo que se dedicava ao estudo das supostas raças humanas e suas diferenças biológicas em uma escala evolucionista da humanidade, onde as raças tidas como superiores tinham o dever de dominar e subjugar as inferiores (WEIKART, 2013). Nesse contexto, os autores alemães voltados para esse campo desenvolviam “pesquisas” e modelos de evolução humana que colocavam o povo europeu, germânico e branco, como raça dominante, e os povos negros, por exemplo, como raças inferiores. Alguns desses autores colocavam os judeus como involuídos, como um mal que deveria ser evitado para não contaminar a pureza dos demais, evitando, assim, a miscigenação. Esse é, portanto, o ambiente de surgimento e reverberação dos ideais racistas que vão permear a ideologia nacional-socialista.

Em sua obra que é considerada a “bíblia” da doutrina nazista, o livro *Mein Kampf* (1925), o líder nazista Adolf Hitler deixou claro que acreditava na força da hereditariedade,

bem aos moldes darwinistas. Por isso, influenciado pelas teorias racistas discutidas acima, Hitler escreveu que deveria ser evitada a miscigenação entre os homens superiores e os inferiores, para que os primeiros não tivessem rebaixado o seu nível na suposta escala evolutiva da humanidade. Como exemplo, ele cita a pretensa superioridade dos estadunidenses como resultado da baixa “mistura” entre os colonizadores europeus e os nativos, ao contrário do que ocorreria na América Latina.

Ainda em sua obra, Hitler discorre a respeito dos judeus, justificando seu ódio a partir dessas premissas supostamente biológicas (diz-se “supostamente”, pois a ciência recente, após a queda do Terceiro Reich, já não dá mais crédito a essas teorias racistas, classificando-as, muitas vezes, como “pseudocientíficas”) e também da influência exercida pelos israelitas na imprensa e na economia da Alemanha e da Áustria. Para ele, muitos deles não haviam assimilado a cultura germânica e, por isso, usavam de sua influência para promover ideias antigermânicas. Hitler acreditava, por exemplo, que os judeus estavam por trás da greve geral que paralisou a produção de guerra em 1918, acarretando na derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, e novamente por trás da Revolução de Novembro de 1918 que culminou com o advento da República de Weimar e o fim do Império Alemão, com predomínio político claramente da esquerda, especialmente do Partido Social-Democrata. Ao longo dos anos da República de Weimar, entre o fim da Primeira Guerra e a ascensão de Hitler ao cargo de chanceler (1918-1933), o antissemitismo foi uma das bandeiras defendidas pelo Partido Nazista, mas em segundo plano. Em primeiro, estavam as sucessivas crises políticas e econômicas que tomavam conta da Alemanha naquele período.

Já durante o governo hitlerista, constituindo o chamado Terceiro Reich (1933-1945), algumas medidas foram adotadas para excluir os israelitas da vida pública alemã, a começar pela proibição ao povo judeu de exercer algumas profissões, como as de advogado e professor, e também a promulgação das famosas Leis de Nuremberg (1935), que tinham o objetivo de “preservar a pureza do sangue e da raça” dos alemães, proibindo expressamente relações sexuais e casamentos entre judeus e alemães, e o uso da bandeira do Reich, com a suástica, pelo povo de Israel (DOBKOWSKI e WORTMAN, 2009).

Do ponto de vista econômico, logo em 1933, a comunidade judaica teve que enfrentar um boicote aos seus comércios promovido pelo governo. Muitos estabelecimentos foram depredados por militantes do Partido Nazista, em especial por sua “tropa de assalto”, a SA (WEISS, 1998). Muitos foram pressionados a vender seus bens a baixíssimos custos para alemães, outros tiveram suas propriedades confiscadas pelo Estado para servir aos interesses do

partido, como é o caso das grandes propriedades expropriadas que posteriormente serviram como maternidades e orfanatos para o chocante programa *Lebensborn*² (VON OELHAFEN e TATE, 2017). Essas medidas econômicas eram formas de minar a paz da comunidade judaica e colocá-la à margem da vida alemã, forçando a emigração. Por exemplo: o ganhador do Prêmio Nobel de Física de 1921, o judeu Albert Einstein, teve as suas propriedades confiscadas em 1933, tendo que emigrar para a Bélgica e posteriormente para os Estados Unidos.

A atmosfera religiosa do Terceiro Reich foi manipulada de forma a excluir quaisquer traços de judaísmo, desde a substituição da figura de Jesus no Natal³ até a impressão de milhares de exemplares bíblicos com a modificação ou literalmente a exclusão de elementos judaicos, alterando basicamente toda a história de Moisés, dos livros proféticos e até mesmo do evangelho de João (McLEAN, 2014). Essas medidas não poderiam ser tomadas se não houvesse o apoio de religiosos, de membros das igrejas alemãs, especialmente as protestantes, através do Movimento Cristão Alemão, que tinha a finalidade de aproximar a doutrina nazista da teologia cristã. Os católicos estavam à margem desse processo, pois obedeciam às diretrizes do Vaticano (PROTZMANN, 2012).

O maior ideólogo da doutrina nazista foi o escritor e autoproclamado filósofo Alfred Rosenberg, integrante do círculo íntimo do Führer e posteriormente ministro dos territórios conquistados ao leste durante a Segunda Guerra Mundial. Sua obra mais famosa foi “O Mito do Século XX”, best-seller, que teve sete edições entre 1930 e 1933, e chegou inclusive a ser utilizado em universidades, tamanho o impacto desse livro não só no seio do partido como da população em geral. Segundo Hexham (2011), Rosenberg pregava que deveria ser estabelecida uma nova religião: a religião do sangue, coletiva. Ao contrário da salvação individual pregada pelas religiões abraâmicas, ele acreditava que o homem continuava a existir por meio da sua hereditariedade. Por isso, o dever de lutar pela preservação da pureza da raça ariana, germânica, tida como superior. O sentido da vida, então, deveria estar na “comunidade do povo”, a

² O referido programa tinha como objetivo aliciar moças de características físicas arianas para reproduzir com homens da guarda de elite do Partido Nazista, a conhecida SS. Os bebês do Lebensborn eram posteriormente levados à adoção. Durante a Segunda Guerra, as propriedades judaicas confiscadas e servidas ao programa também funcionaram como orfanatos para crianças com características físicas arianas sequestradas dos países invadidos pela Alemanha. Essas crianças, geralmente, eram filhas de membros da resistência ao nazismo. O Lebensborn tinha como objetivo final aumentar as taxas de natalidade no país e formar uma nova geração de arianos puros (ainda que através de uma rede de sequestros bem detalhada no livro “As Crianças Esquecidas de Hitler”, de Ingrid Von Oelhafen e Tim Tate (2017).

³ Apesar de Jesus ser a figura central do cristianismo, não se pode perder de vista que ele e os seus discípulos eram todos judeus.

Volksgemeinschaft, e em sua preservação racial. Nesse caso, os judeus eram descritos por Rosenberg como degenerados, uma verdadeira ameaça biológica.

As represálias também aconteciam nos meios culturais e acadêmicos. Um dos eventos mais “famosos” do Terceiro Reich foi a queima de livros de 1933. Durante os meses de março e maio, estudantes adeptos do nacional-socialismo invadiram bibliotecas públicas (e até mesmo algumas privadas) e saquearam os livros de autores judeus e comunistas, organizando grandes fogueiras onde essas obras eram queimadas. No dia 10 de maio, talvez no maior desses acontecimentos, o ministro da propaganda, o Dr. Joseph Goebbels, discursou pedindo o fim da influência judaica na intelectualidade da Alemanha (BRASIL, 2016).

O “expurgo” do judaísmo continuava. Uma das primeiras medidas do governo foi a proibição dos israelitas nas artes e na imprensa (e em outras áreas como a arquitetura, por exemplo) através da criação da Câmara de Cultura do Reich, em setembro de 1933. Dessa forma, toda a produção cultural, intelectual, artística e mesmo de imprensa deveria ser controlada pelo Ministério da Propaganda e suas diretrizes (LIPPMAN, 1998).

Percebe-se, até então, que as medidas tomadas não tinham como objetivo o extermínio dessa população, consistindo em formas de pressionar para forçar a emigração. Ingrid Weckert (2004) relembra, inclusive, que o governo de Hitler chegou a fechar acordos de cooperação com líderes sionistas para facilitar a emigração de judeus da Alemanha para a Palestina, no conhecido Acordo Haavara (que em hebraico significa “transferência”). Philippe Burrin (1990) recorda que a guerra ao leste estava nos planos de Hitler desde o início de seu governo, contudo, ao longo do conflito, a ideia predominante era a de transferir a população semita para a ilha de Madagascar (plano que não entrou em prática em virtude do domínio marítimo dos ingleses, o que dificultou o processo). O extermínio, pois, somente foi considerado posteriormente, como veremos a seguir.

Alguns episódios de violência urbana pela SA contra o povo de Israel foram registrados, mas de forma pontual, não fazendo parte de um programa articulado. O cenário começou a ficar mais violento a partir da anexação da Áustria ao Reich, em 1938, no episódio conhecido como *Anschluss*. Após o referendo onde a população austríaca votou em 99,75% para ser anexada à Alemanha, o governo nazista promoveu uma forte campanha de arianização em seu novo território: judeus da Áustria eram obrigados a vender seus bens rapidamente e a emigrar em direção às fronteiras vizinhas, às vezes a pé, forçadamente, acompanhados por homens da SS. Essa campanha gerou revolta em um jovem israelita chamado Herschel Grynszpan que estava em Paris e se dirigiu ao prédio da embaixada alemã, assassinando o diplomata Ernst vom Rath.

Dobkowski e Wortman (2009) nos contam que o governo alemão liderou uma grande represália à população judaica na Áustria, conhecida como Noite dos Cristais – *Kristallnacht*. A madrugada do dia 9 para o dia 10 de novembro foi um verdadeiro terror, resultando em quase 100 israelitas mortos, cerca de outros 30 mil deles presos, além de incontáveis sinagogas, cemitérios e comércios judaicos destruídos. Depois, as crianças judias tiveram suas vagas extintas nas escolas do Reich, muitas famílias tiveram suas contas bancárias congeladas e tantas outras foram expulsas violentamente em direção à fronteira polonesa, sem a menor chance de arrumar bagagens. Foram literalmente expulsas, apressada e cruelmente.

Ao desenrolar da Segunda Guerra Mundial, esse foi um fator que contribuiu para a criação dos guetos e a ampliação do número dos campos de concentração: quanto mais o Reich avançava em suas conquistas territoriais, mais semitas tinham novamente sob seus domínios, inclusive aqueles outrora expulsos. A região central da Polônia foi o principal destino dessas pessoas. Chamada de Governo Geral, essa região ficou conhecida pelos guetos – bairros murados para aprisionar os judeus, facilitando seu transporte através de trens, a princípio para a emigração forçada, posteriormente para os campos de concentração e suas câmaras de gás (BURRIN, 1990).

A virada na sorte da Alemanha durante a Segunda Guerra, a partir do segundo semestre do ano de 1941 com a reversão do sucesso e do avanço territorial na URSS, marca a transição entre a política de emigração forçada para a quase aniquilação, literalmente, da população judaica europeia. Outro elemento fundamental para essa mudança de atitude foi o já citado aumento cada vez mais intenso do número de judeus sob domínio alemão com a expansão territorial de seu império. Hitler, então, começa a materializar a sua profecia.

A historiadora Cláudia Koonz (2003) traz um discurso do Führer em janeiro de 1939, no Reichstag, onde ele se coloca como um profeta. Segundo ele, muitas de suas profecias se concretizavam. Sendo assim, novamente, ele “profetiza”: diz que se o mundo for novamente empurrado para uma guerra mundial pela “comunidade judaica internacional”, o resultado não será a sua vitória, e sim a sua aniquilação. No entanto, vale ressaltar, que a guerra foi arquitetada pelo próprio chefe nazi desde o início do seu governo. Portanto, a culpabilidade dos personagens em questão não passa de desculpa e teorias conspiratórias. Esse pensamento ocorre, também, pois muita gente – inclusive o próprio Hitler – considerava os israelitas culpados por supostamente fomentar a greve geral que paralisou a produção armamentista em 1918, ocasionando a derrota do Império Alemão do Kaiser Guilherme II, como já discutido previamente.

Este foi o resultado: com a URSS contendo o sucesso nazista ao leste europeu e fazendo o seu Exército retroceder, e com a entrada dos EUA no conflito, os alemães decidem colocar em prática a profecia do seu comandante-em-chefe, vislumbrada a real chance de derrota. A princípio, Philippe Burrin (1990) nos conta que o Holocausto começou com fuzilamentos. Contudo, Himmler, chefe da SS, ao assistir a uma das sessões, pediu que os israelitas fossem mortos de uma maneira mais “humana”. Dessa forma, o sistema de assassinato por gás tóxico utilizado no programa de eutanásia para doentes irrecuperáveis, o *Aktion T4*, foi transferido para os campos de concentração.

O povo de Israel era conduzido aos montes dos guetos aos trens para que fosse transferido aos campos. Chegando lá, aqueles que não eram aptos ao trabalho (serviços forçados para a manutenção da própria guerra, como construção de infraestruturas, mão de obra na fabricação de armas como os mísseis V-1 e V-2, ou mesmo serviços gerais, domésticos) eram diretamente mandados para “tomar banho”, quando o gás *Zylon-B* saía dos chuveiros e matava milhares de uma só vez.

Com a aproximação do Exército Vermelho da região do Governo Geral, na Polônia, ocorreram tentativas de esvaziar os campos de concentração para que não fossem descobertas as atrocidades cometidas. No entanto, nem sempre era possível. Em 27 de janeiro de 1945 (hoje reconhecido pela ONU como o Dia Mundial em Memória ao Holocausto), os soviéticos chegaram à Auschwitz, descobrindo os horrores do assassinato em massa da população judaica, o primeiro massacre industrializado da história. Dados mostram que foram cerca de 6 milhões de mortos, o que correspondia a dois terços da população israelita da Europa.

Cláudia Koonz (2003) defende a ideia de que a população alemã poderia até não saber do assassinato em massa, mas sabia, sem dúvidas, do terror em que viviam os seus compatriotas, pois vivenciou durante todo o Terceiro Reich as medidas de perseguição, como a proibição do exercício de algumas profissões, os boicotes comerciais, as Leis de Nuremberg, a Noite dos Cristais, o programa de arianização na Áustria, as emigrações forçadas, o confisco de propriedades, enfim... Tudo isso foi testemunhado por toda uma nação que se quedou majoritariamente impassível ao sofrimento de seus semelhantes.

Agora que já sabemos a origem da perseguição aos judeus, o tratamento que receberam na Alemanha entre os anos de 1933 e 1945, e conhecemos a face mortal desse processo, com o Holocausto, discutiremos nas seções seguintes como esses acontecimentos impactaram na criação do Estado de Israel em 1948 e como foram absorvidos posteriormente como um elemento fundamental da identidade nacional israelense.

O Holocausto e a criação do Estado de Israel

Agora que já sabemos a gravidade da perseguição aos judeus na Europa durante o Terceiro Reich, torna-se importante discutirmos os impactos do Holocausto a partir do estabelecimento do Estado de Israel e da vivência da comunidade judaica local.

Para compreendermos a criação do Estado de Israel em 1948, faz-se necessário voltarmos pouco mais de dois mil anos no tempo, quando, durante o século I AEC, os romanos avançaram sobre a região. Contra a dominação romana, os nativos empreenderam guerras. Contudo, com a vitória dos invasores, muitos israelitas foram exilados, dando início à diáspora. De acordo com Juan Comas (1951), o povo em dispersão se espalhou especialmente em direção ao norte da África, à Península Ibérica e à Ásia, permanecendo nesse exílio ao longo de quase dois milênios.

Segundo artigo publicado pelo *Echoes and Reflections* [s.d], a região de Israel, agora chamada pelos romanos de Palestina, foi controlada ainda por outros povos e impérios. Entre os séculos XVI e XX, a área foi dominada pelo Império Otomano, até o fim da Primeira Guerra, quando passou a ter administração britânica como consequência do conflito. Durante todo esse tempo, grupos de judeus exilados ao redor do mundo tinham no desejo da volta à Israel um processo de restauração da sua identidade cultural e religiosa. O processo de migração se acentuou com o declínio do Império Otomano. Concomitantemente, na Europa do fim do século XIX, surgia o movimento sionista, que visava o retorno à Palestina e a criação de um Estado judeu soberano, numa espécie de reconstituição da soberania daquele território para a nação judaica. A força desse movimento foi responsável pelas ondas migratórias que fizeram a população judaica local chegar a cerca de 600 mil pessoas ainda na década de 1930.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações formalizou a dominação britânica da Palestina em 1920 através do Tratado de Sèvres. Antes disso, em 1917, o secretário britânico para assuntos estrangeiros, Arthur James Balfour, enviou uma carta à comunidade sionista da Inglaterra onde reconhecia a suposta intenção do governo em fazer do lugar um “lar nacional judeu” caso conseguissem vencer os otomanos. A carta ficara conhecida como Declaração Balfour.

Para Friesel (1996), não restam dúvidas de que o principal objetivo do sionismo era a criação de um Estado, embora seus representantes não soubessem os meios efetivos para atingi-lo. A possibilidade adotada era a do “caminho evolucionário”, ou seja, depois de preparada a comunidade judaica, o fim natural visto nas entrelinhas do processo era o de independência,

tendo em vista a relação política com os líderes britânicos principalmente entre os anos de 1917 e 1920. Todavia, a crescente tensão com os árabes também provocou desgastes nas relações entre israelitas e ingleses, fazendo com que os dois grupos fossem vistos pelo movimento sionista como opositores à independência judaica na Palestina. Por isso, em 1932, o chefe do departamento político da Agência Judaica, Chaim Arlosoroff, chegou a levantar a possibilidade de tomar o poder na Palestina pela via revolucionária. Apesar das discordâncias existentes, a maioria do movimento ainda continuava a considerar a administração inglesa como “aceitável”, com possibilidade futura de constituição de um “lar nacional judeu” através da política.

O declínio do Império Otomano e as crescentes migrações de israelitas fizeram aflorar movimentos palestinos nacionalistas em busca de independência, eclodindo entre os anos de 1936 e 1939 a chamada “revolta árabe”. Os atos de violência entre os árabes nativos e os judeus imigrantes provocaram reação do primeiro-ministro inglês Neville Chamberlain, que promulgou o conhecido “Livro Branco de 1939”, onde o governo não reconhecia a Palestina como um futuro Estado judeu ou árabe, e sim como um Estado independente que deveria ser estabelecido dentro de um prazo de até dez anos, limitando a apenas 75 mil o número de imigrantes judeus que poderiam se estabelecer naquela região por ano, além de limitar também a quantidade de terras que essas pessoas poderiam adquirir. Tal legislação ficou em vigor até 1948, quando foi criado o Estado de Israel.

O Livro Branco de 1939 causou uma mudança profunda na situação, e a atitude do primeiro-ministro Chamberlain passou a vista como uma forma de “negar ao povo judeu o direito de reconstituir o seu lar em sua terra ancestral”, pois tal documento rejeitava a luta dos sionistas (FRIESEL, 1996, p.3).

Em fevereiro de 1947, a Inglaterra anunciou formalmente a intenção de finalizar com sua administração na Palestina. A recém-criada ONU formou um Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP), que recomendou o estabelecimento de dois Estados, um árabe e outro judeu, sendo a proposta aprovada em Assembleia Geral em 29 de novembro daquele mesmo ano por 33 votos a favor. O “mundo árabe”, no entanto, rejeitava a proposta. No dia 14 de maio de 1948, o Estado de Israel foi oficialmente criado a partir da Resolução 181 da ONU, que encerrava o controle britânico sobre a região, e da assinatura da Declaração de Independência de Israel, no mesmo dia, pelo líder do movimento sionista, David Ben-Gurion (ECHOES AND REFLECTIONS, s.d).

Apesar de alguns autores ortodoxos questionarem a influência do Holocausto para o estabelecimento do Estado de Israel, argumentando que tal evento ocorreu exclusivamente

como fruto das ações do movimento sionista e como uma tentativa da comunidade internacional em resolver os conflitos políticos entre israelitas e árabes na região, é inegável que a intensa onda migratória em direção à Palestina e o altíssimo número de refugiados após o fim da Segunda Guerra, como consequências diretas da perseguição nazista e do próprio Holocausto, impulsionaram a ONU e suas comissões a deliberar favoravelmente à criação de Israel. Não só isso, mas as discussões a esse respeito puderam perpassar as fronteiras do debate político e do próprio mundo sionista para a opinião pública em geral, que agora se mostrava muito mais susceptível à “questão judaica” após os horrores dos campos de concentração tornarem-se mundialmente conhecidos. Aqueles que se opõem a essas evidências, de acordo com Krell (2015), argumentam que essa narrativa histórica daria um “final feliz” à perseguição e ao assassinato em massa da população judaica europeia pelos nazistas, como se o assassinato em massa legitimasse a existência de Israel, defendendo que esse ponto de vista foi construído e popularizado por autores “seculares”. Contudo, ainda que se compreenda que alguns israelitas considerem desrespeitosa a conexão entre os dois eventos, não podemos fugir da realidade dos fatos. Vejamos o que diz Krell (2015):

Antes de Hitler chegar ao poder, apenas 2,5% dos imigrantes que chegavam à Palestina anualmente eram alemães. Durante a década de 1930, com o estabelecimento do Terceiro Reich, esse número subiu para 25%. Faz-se necessário dizer que 40% dos imigrantes europeus rumo à Palestina eram poloneses, dado o forte antissemitismo naquele país. Essa grande onda migratória motivada por inúmeras razões, incluindo a perseguição nazista, foi o que criou a base demográfica que permitiu o posterior desenvolvimento de Israel, inclusive para inicialmente assegurar a sua própria existência.

Paulatinamente, ao ponto que o programa nazista de assassinatos em massa foi se tornando conhecido, a criação de um Estado judeu deixou de ser uma questão defendida apenas dentro da minoria sionista e passou a ser uma “opção central dos judeus em geral” (p. 8). Para o autor, o extermínio fortaleceu o sionismo especialmente nos Estados Unidos, ao passo em que era enfraquecido na Europa, sua principal base de apoio, justamente por causa da aniquilação em massa. Israelitas americanos que antes não eram sionistas ou não se engajavam no movimento, passaram a apoiá-lo ideologicamente e financeiramente. O Holocausto, portanto, tem um “efeito ambivalente” para o sionismo.

Ao fim de 1942, apesar de não se ter uma noção exata do potencial mortal da perseguição nazista, a comunidade judaica fora da Europa já começava a tomar conhecimento das práticas de aniquilação, provocando um sentimento de raiva, como aponta Friesel (1996).

De acordo com o autor, havia o entendimento de que o mundo estava em guerra contra a Alemanha a despeito da situação dos judeus, o que provocava ainda mais sentimento de desespero para a comunidade judaica. Após o fim da guerra, o tom do movimento sionista estava nas críticas à administração inglesa da Palestina, e em favor do recebimento dos refugiados europeus na região, apesar do Holocausto não ser mencionado nominalmente. O autor nos conta que as menções ao acontecimento eram subentendidas em documentos e memorandos de órgãos internacionais como a Agência Judaica e outros ligados à ONU, assim como em pronunciamentos de líderes sionistas, como David Ben-Gurion. Isso aconteceu provavelmente em virtude do choque provocado pela aniquilação em massa, e também porque alguns tinham o sentimento de que o acontecido era “inacreditável e inexplicável” (p. 9). Porém, a questão dos refugiados no território britânico do Oriente Médio estava constantemente presente, mesmo que de forma velada.

Ao fim da Segunda Guerra, os Aliados construíram “campos para pessoas deslocadas”, ou seja, lugares para onde eram levados aqueles que ficaram desabrigados durante o conflito. O número de semitas nesses lugares era absurdo, o que motivou, por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra, a criação do Comitê Anglo-Americano de Inquérito para estudar a questão palestina e a situação dos refugiados israelitas na Europa, recomendando expressamente o estudo da “posição dos judeus em países europeus onde haviam sido vítimas das perseguições nazistas e fascistas” (p. 9). O relatório do Comitê sugeria que a administração britânica na Palestina aceitasse, anualmente, a quantidade de 100 mil refugiados judeus europeus⁴.

No âmbito das Nações Unidas, a situação dos refugiados e deslocados fortaleceu o entendimento de que se fazia necessária a criação de um Estado judeu com a divisão da região em dois Estados, incluindo um árabe. A Resolução 181, que previa o fim do controle inglês na Palestina e permitiu a posterior criação de Israel, foi vista por muitos como uma forma da civilização ocidental demonstrar arrependimento por não ter conseguido impedir a perseguição aos israelitas bem como a aniquilação de parte considerável de sua população, além de ser uma maneira de prevenir que tais horrores não ocorressem novamente.

Friesel (1996) chega a dizer que a atuação da ONU foi fundamental, pois era uma “expressão factual” de que a questão palestina havia se tornado também um assunto de interesse internacional. O relatório do Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP) dizia que duas problemáticas demandavam soluções imediatas: as crescentes tensões na região

⁴https://www.trumanlibrary.gov/public/TrumanIsrael_resources.pdf.

e a situação dos judeus deslocados como refugiados na Europa, trazendo, mais uma vez, ainda que de forma subentendida, o peso que as perseguições nazistas colocavam sobre essas temáticas de interesse internacional.

No que diz respeito à posição dos Estados Unidos, Krell (2015) nos diz que o presidente Harry Truman defendeu a divisão da Palestina para a posterior criação do Estado judeu tendo em vista tanto a sua reeleição, pois a “questão judaica” havia ganhado apoio da opinião pública americana inclusive no Congresso, como também a preocupação com a situação dos refugiados nos campos para deslocados administrados pelos americanos na Europa.

A União Soviética, que já entrava em conflito político com o mundo ocidental, também prestou apoio político para a criação de Israel e, posteriormente, para a sua militarização como uma forma de impedir o avanço da influência americana sobre o novo país, além de desejar o desmantelamento do imperialismo britânico. A União Soviética, inclusive, foi o primeiro Estado a reconhecer Israel como tal. Novamente, o Holocausto se faz reverberar para o advento do novo país, quando em 14 de maio de 1947, um ano antes de sua criação, o ministro das relações exteriores soviético, Andrei Gromiko, proferiu um discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas defendendo que o estabelecimento de um Estado judeu era justificado pela incompetência do mundo ocidental em proteger os semitas dos executores fascistas.

Por fim, Krell (2015) alega que Israel surgiu em meio a um contexto violento, defendendo que sem o antissemitismo europeu, provavelmente a propaganda sionista não teria sequer sido produzida, assim como sem o antissemitismo que motivou a imigração judaica da Polônia para a Palestina antes da Segunda Guerra, e também sem as ondas migratórias após o início do conflito, a entrada de judeus europeus na região continuaria sendo pequena. Para o autor, se não houvesse Holocausto, a comunidade judaica americana não apoiaria o sionismo quase unanimemente como ocorreu, assim como a comunidade política internacional possivelmente também não consideraria a criação de um Estado judeu como uma necessidade urgente.

Para fins de esclarecer de vez a polêmica, defendendo que o Holocausto realmente teve um papel importante para os eventos que se sucederam na Palestina, serão apresentados os seguintes trechos que correspondem às transcrições dos parágrafos 5º, 6º e 7º da Declaração de Independência de Israel⁵, assinada pelos líderes sionistas em 14 de maio de 1948:

⁵<http://www.morasha.com.br/historia-de-israel/o-dia-do-milagre.html>.

“A catástrofe que recentemente se abateu sobre o povo judeu, o massacre de milhões de judeus na Europa, foi outra clara demonstração da urgência de ser resolvido o problema dos sem-pátria, com o restabelecimento de um Estado Judeu em Eretz Israel, abrindo suas portas para todos os judeus e conferindo-lhes a condição de membros integrantes da comunidade das nações.

Sobreviventes do holocausto perpetrado pelos nazistas na Europa, assim como os judeus do resto do mundo, continuaram a emigrar para Eretz Israel. Apesar das dificuldades, restrições e perigos, nunca deixaram de assegurar seu direito a uma vida com dignidade, liberdade e trabalho honesto em seu Lar Nacional.

Na Segunda Guerra Mundial, a comunidade judaica deste país contribuiu por completo com as nações que amam a paz e a liberdade contra as forças da tirania nazista; e, com o sangue de seus combatentes e esforços de guerra, ganhou o direito de ser reconhecida entre os povos que fundaram as Nações Unidas.”

Elucidada a problemática a respeito da criação de Israel, discutiremos agora como o programa de assassinatos nazista impactou – e ainda impacta – a sociedade israelense.

O Holocausto como elemento da identidade nacional israelense

Imediatamente após sua criação e independência em maio de 1948, Israel passou por uma grande luta por sua existência, entrando em conflito armado com vários países árabes. Logo de cara, o país constituía a maior comunidade de judeus refugiados em virtude da guerra na Europa, recebendo 330 mil pessoas somente no primeiro ano de sua criação, totalizando já em 1949, mais de 900 mil habitantes, onde cerca de 1/3 correspondia aos sobreviventes da tragédia nazista. De acordo com Klar et al. (2013), durante as primeiras décadas, o Holocausto e a manutenção de sua memória estiveram relacionados exclusivamente às vítimas. Aqueles que não foram vítimas diretas da catástrofe, não costumavam perguntar aos antigos refugiados a respeito do assunto. Tal atitude também diz respeito à ideia de que o extermínio havia sido algo extremamente impactante, incompreensível e inexplicável, como já dito anteriormente. Apesar de haver o entendimento de que as vítimas deveriam se reconstruir, continuar suas vidas e adotar a nova identidade local, havia também o pensamento de que o assassinato em massa na Europa ocorreu em virtude da suposta passividade dos israelitas na diáspora.

Por outro lado, com o passar dos anos, o acontecimento foi se tornando um elemento onipresente na vida pública de Israel, bem como um elemento central de sua identidade nacional. Para os autores, ainda que hoje o número de israelenses sobreviventes à catástrofe nazista seja praticamente irrisório, a presença desse acontecimento como parte integrante da identidade e da memória coletiva não desapareceu, pelo contrário: está em ascensão nos últimos anos. Segundo uma pesquisa publicada em 2009 e trazida por Klar et al. (2013), mais de 98% da população adulta do país acredita que relembrar o Holocausto seja um “princípio guia” em

suas vidas. A memória coletiva de tal episódio perpassa todas as áreas predominantes da vida social e da cultura local, como a literatura e as artes visuais. Mas nem sempre foi assim...

De acordo com Brog (2003), até a década de 1970, a criação da identidade coletiva israelense girava em torno da história militar do país, que no dia seguinte a sua criação, foi invadido por vários países árabes. Aqueles que morreram nas batalhas foram os primeiros mártires da história nacional. O pensamento sionista, portanto, era o tom dominante das primeiras décadas. Para o autor, o sionismo era como uma “religião civil”: Israel era o lugar de estabelecimento da nação judaica e, então, espaço onde seriam criadas as identidades individuais e coletivas que dariam validação histórica para a vida da comunidade. Nesse sentido, os primeiros heróis nacionais eram vistos como aqueles que se sacrificaram pelos valores da nação, pela independência do país, para garantir a sobrevivência de sua população.

Em função dos constantes conflitos com os árabes desde o estabelecimento do Estado judeu, a criação da identidade comum girava em torno do sionismo e da história militar. A luta pela existência frente a esses conflitos fazia necessário o fomento de uma mentalidade de encorajamento e até de consolo pelas perdas em guerras. Para isso, investiu-se na construção de monumentos em homenagem aos mortos nas guerras, de cemitérios e memoriais militares, além do estabelecimento de datas comemorativas. O símbolo do heroísmo deveria significar a unidade do povo. Essa urgência do ponto de vista militar fez com que as narrativas trazidas pelos sobreviventes do nazismo ficassem em segundo plano. Para se ter uma ideia, entre 1948 e 1956, foram construídos 150 memoriais em homenagem às seis mil vítimas da Guerra da Independência.

Nessas primeiras décadas, o governo pouco fez pela preservação da memória dos padecedores do terror nazista ou mesmo pela sua integração à construção da identidade nacional. Destacam-se somente a construção de um pequeno museu chamado Câmara do Holocausto, em 1949, no Monte Sião, em Jerusalém, e a construção do centro administrativo do Yad Vashem em 1953, que posteriormente veio a se tornar um grande museu. O resgate dessas memórias ficava basicamente por conta da própria população através da escrita de livros, da construção de monumentos e placas em cemitérios e sinagogas, e também de eventos comemorativos, como é o caso da comemoração do levante no gueto de Varsóvia, numa tentativa de transformar os líderes do levante em heróis nacionais tanto quanto aqueles que haviam morrido nas primeiras guerras de Israel (BROG, 2003).

De modo geral, o “encontro” da sociedade israelense com esses “restantes” dos assassinatos em massa na Europa foi “complexo e bem documentado”, como apontam Klar et

al. (2013). Havia um silêncio imposto de forma natural, seja por relutância ou por inabilidade em ouvir os relatos. Além disso, alguns culpavam as vítimas por não terem migrado para a Palestina enquanto ainda era possível. Havia também uma pergunta incômoda: “como você sobreviveu?”. A complexidade envolvendo essas questões era realmente profunda. Contudo, a consciência nacional acerca do Holocausto começa a mudar a partir de 1961, com o julgamento do ex-militar nazista Adolf Eichmann, em Jerusalém.

O julgamento de Adolf Eichmann levou a nação israelita a uma espécie de terapia coletiva, nacional, enquanto todos paravam para ouvir através do rádio os depoimentos dos mais de 100 sobreviventes que participaram do processo. Esses depoimentos, para os autores, eram tidos como uma “sala de aula” para a população de Israel. O papel do governo na caça aos nazistas e em seu julgamento mostrava que o Estado reconhecia, oficialmente, tal tragédia como “parte do seu legado” (p. 132). Essas pessoas deixaram de ser vistas como vítimas para serem consideradas heroínas. Desde então, segundo Brog (2003), a construção da memória acerca desse triste evento deixou de ser somente responsabilidade de seus sobreviventes e passou a ser coletiva, com a construção de monumentos públicos, memoriais e cerimônias. O Holocausto, então, tornava-se paulatinamente um elemento da memória coletiva da sociedade.

A partir da década de 1970, com o declínio do nacionalismo baseado no militarismo, ocorreu uma “reconciliação” da nação com relação às vítimas do terror nazista, nas palavras de Brog (2003).

A virada dos anos 1960 para a década seguinte foi marcada por intensos confrontos militares e pelo declínio da ideia do militar israelense como um super-homem, até então, principal pilar da construção da identidade nacional. A Guerra dos Seis Dias garantiu, mais uma vez, a soberania territorial de Israel. Os anos seguintes foram de confrontos militares e atos de terrorismo. Dois desses eventos marcaram significativamente a população do país: o assassinato de atletas israelenses nos Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, e o cativo de outros tantos em campos de prisioneiros do Egito e da Síria, em 1973. Esses dois eventos foram associados às perseguições e aprisionamentos durante o Terceiro Reich. Líderes árabes em confronto com Israel eram comparados com guardas nazistas pela população. A partir dessa “reconciliação” entre a memória da catástrofe nazista e a ideia do nacionalismo pautado nos heróis militares, ao longo dos anos 1970, o Estado passou a investir em comemorações e construção de monumentos que retratassem os sobreviventes da aniquilação na Europa como heróis nacionais. Como exemplo, o monumento em homenagem aos participantes do levante do gueto de

Varsóvia que foi construído em 1975 e chamado de “pilar do heroísmo”, retratando esses participantes como lutadores.

Pode-se dizer, então, que o desgaste do militarismo na consciência coletiva nacional provocou a popularização da memória das vítimas nazistas, tornando-a parte do entendimento sobre o que era “ser um israelense”. O Holocausto não era mais somente “deles”, dos que haviam passado pela tragédia, mas de todo o povo judeu.

A guerra contra o Líbano e depois a Guerra de Yom Kippur desgastaram ainda mais a população, principalmente contra o governo. De certa forma, o povo se sentiu enganado com as declarações de guerra, contribuindo fortemente para o encontro do heroísmo militar e do heroísmo dos padecedores do Terceiro Reich na formação da consciência nacional. Tanto é assim que já nos anos 1970, o sistema educacional passou a ensinar sobre o acontecimento na Europa, dedicando-se também ao ensino sobre os guetos e seus levantes. O sofrimento e a aniquilação ganharam espaço no sistema educacional já ao fim daquela década. Em 1980, a lei israelense entendia que todas as escolas deveriam ensinar sobre o assassinato em massa nas câmaras de gás na Europa. No mundo acadêmico, pesquisas também começaram a se desdobrar mais sobre o assunto, especialmente no que diz respeito à “resistência judaica” (BROG, 2003).

Desde 1988, é comum que escolas de ensino médio mandem seus alunos em viagens à Europa para visitar os campos de concentração, em especial na Polônia. As Forças Armadas de Israel também organizam esse tipo de viagem para seus membros no projeto “testemunha em uniforme”.

Com o passar do tempo, os sobreviventes foram sendo cada vez mais convidados por escolas, pela mídia ou por órgãos públicos para prestar os seus testemunhos. As artes, como o cinema, a poesia e a música, passaram a retratar suas histórias. As gerações seguintes deram uma visão mais “humanística e universalista” para o Holocausto. Tudo isso acabou contribuindo para formar o consenso de que tal evento era parte da vida comum em Israel (KLAR et al., 2013).

As artes, especialmente a literatura, foram essenciais para a difusão da memória dessas pessoas, podendo ser tanto de autoria dos mesmos, como de suas futuras gerações que, de alguma maneira, foram influenciadas pela questão. As artes visuais e as representações artísticas nas mais diversas formas serviram para trazer as experiências pessoais dos personagens que viveram o horror nazista, mas também serviram para reforçar e relembrar atos heróicos de resistência nos guetos ou nas guerrilhas contra as invasões alemãs aos demais países europeus.

Por fim, torna-se importante ressaltar a existência do “Dia da Lembrança do Holocausto” (Yom HaShoah), em Israel, que ocorre anualmente em 27 de abril, desde a lei de sua criação em 1959. Nesse dia, a partir das 10 horas da manhã, sirenes tocam no país para que se façam dois minutos de silêncio em homenagem às vítimas dos campos de concentração nazistas da década de 1940. Transportes públicos, bem como outros serviços públicos também não funcionam. Em todo o país, a maioria esmagadora das pessoas pausa as suas atividades e permanece em silêncio para relembrar seus irmãos, sendo esta, talvez, uma característica importante que nos permite constatar como o evento em questão se tornou parte importante da identidade e da memória nacional israelense até os dias de hoje.

Considerações finais

A partir da pesquisa levantada pelo presente texto, podemos concluir que o antissemitismo na Europa e os refugiados do Holocausto nazista constituem questões centrais para, respectivamente, o desenvolvimento do movimento sionista e, posteriormente, para a necessidade urgente de criação de um Estado judeu. Como já visto, a descoberta dos horrores que aconteciam nos campos de concentração influenciaram a comunidade judaica internacional, em especial na América do Norte, a financiar o movimento sionista com vistas a estabelecer um “lar nacional judeu” na região da Palestina, além de tornar a opinião pública internacional amplamente sensível à causa. Em razão das perseguições na Segunda Guerra Mundial, o número de refugiados israelitas era gigantesco, fazendo com que relatórios de comissões internacionais recomendassem a aceitação dessas pessoas na Palestina, onde posteriormente veio a ser estabelecido o Estado judeu. Israel, já em seu primeiro ano de existência, em 1949, constituía a maior comunidade de refugiados do Holocausto do mundo, o que correspondia a mais de 1/3 de sua população naquele instante.

Apesar de haver resistência por parte de alguns estudiosos, todos esses fatos, além das referências diretas à perseguição nazista de formas clara e robusta na Declaração de Independência de Israel, colocam a catástrofe dos campos de concentração em uma posição central para a criação do país, ressaltando, também, que essa não era a única questão relevante para este fim, devendo-se levar em consideração toda a luta do movimento sionista para atingir o seu objetivo.

Inicialmente, por causa do choque que os relatos dos sobreviventes causavam a si e aos ouvintes, essas memórias não receberam grandes investimentos da população israelense em

geral, nem do governo local, para integrar a construção da nova identidade nacional do país que acabara de emergir. As grandes guerras das quais Israel esteve envolvido para garantir a sua existência desde o primeiro dia de sua criação, colocaram como prioridade a construção de uma consciência coletiva, ou seja, de uma identidade nacional pautada no militarismo e no heroísmo de seus soldados. Por outro lado, os sucessivos conflitos causaram desgastes na imagem do governo com a população, colocando em crise a consciência coletiva pautada no militarismo, o que permitiu, paulatinamente, junto com a popularização da temática do Holocausto em virtude do julgamento de Adolf Eichmann, integrá-lo não só à identidade nacional como perpassá-lo por praticamente todos os aspectos da cultura e da vida pública locais.

Portanto, faz-se possível concluir que o Holocausto foi um fator preponderante para a criação de Israel e que até hoje se faz um elemento marcante de sua identidade enquanto nação.

Referências

BRASIL, Paula. **O bibliocausto nazista: a destruição de livros judaicos durante o terceiro reich.** Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

BROG, Mooli. **Victims and Victors: Holocaust and Military Commemoration in Israel Collective Memory.** Israel Studies, volume 8, number 3. 2003.

BURRIN, Philippe. **Hitler e os judeus: gênese de um genocídio.** Editora L&PM; tradução de Ana Maria Capovilla. Porto Alegre/RS, 1990.

COMAS, Juan. **The racial question in modern science: racial myths.** Unesco Paris, United Nations. Educational, Scientific and Cultural Organization. 1951.

DOBKOWSKI, Michael. WORTMAN, Morris. **A history of Kristallnacht; Historic overview of the november pogrom.** The Two-Thousand Year Road to the Holocaust. Session 8: Kristallnacht. 2009.

ECHOES AND REFLECTIONS. **A Brief History of Israel**, s.d. Disponível em: <https://echoesandreflections.org/wp-content/uploads/2014/09/ABriefHistoryOfIsrael.pdf>. Acesso em: 09/07/2022, às 02:50.

FRIESEL, Evyatar. **The Holocaust: Factor in the Birth of Israel?** In: Major Changes Within the Jewish People in the Wake of the Holocaust. Yad Vashem, Jerusalem, 1996.

HEXHAM, I. **The mythic foundation of national socialism and the contemporary claim that the nazis were christians.** Koers – Bulletin for Christian scholarship, Vol. 76, No. 01, p. 155-170, 2011.

HITLER, Adolf. **Mein Kampf.** 1925.

KLAR, Yechiel; EYAL, Noa Schori; KLAR, Yonat. **The “Never Again” State of Israel: The Emergence of the Holocaust as a Core Feature of Israeli Identity and Its Four Incongruent Voices.** Journal of Social Issues. Vol. 69. No. 1. 2013, pp. 125-143.

KRELL, G. **Shadows from the Past: the Nazi-Regime, the Holocaust, and Germany's Relationship towards the Israeli-Palestinian Conflict.** PRIF Working Press, 26. Frankfurt Am Main: Hessische Stiftung Friedens und Konfliktforschung. 2015.

LIPPMAN, Matthew. **Art and ideology in the third reich: the protection of cultural property and the humanitarian law of war.** Penn State International Law Review, Vol. 17, No. 1, Article 2. 1998.

MCLEAN, Anne Marie. **The nazi Christ: a portrait of the third reich's historical Jesus.** Submitted to the Department of Religion of Emory & Henry College, 2014.

PROTZMANN, Kevin. **Aryan Jesus and the kirchkampf: an examination of protestantism under the third reich.** Drake University Social Science Journal, 2012.

TEN HAVE, Wichert; VAN HAPEREN, Maria. **The holocaust: 1933-1941-1945.** In: The holocaust and other genocides – an introduction. Amsterdam University Press, 2012.

VON OELHAFEN, Ingrid. TATE, Tim. **As crianças esquecidas de Hitler: a verdadeira história do programa lebensborn.** Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo, Editora Contexto, 2017.

WECKERT, Ingrid. **Jewish emigration from the Third Reich.** Holocaust Handbooks Series, Vol. 12. Theses & Dissertations Press, Chicago, 2004.

WEIKART, Richard. **The role of Darwinism in nazi racial thought.** German Studies Review 36.3; German Studies Association, 2013.

WEISS, Yfaat. **The transfer agreement and the boycott movement: a jewish dilemma on the eve of the holocaust.** Shoah Resource Center, The Internacional School for Holocaust Studies. Yad Vashem Studies, Vol. XXVI, Jerusalem, pp. 129-172. 1998.

ZIMLER, Richard. **O Último Cabalista de Lisboa.** Portugal: Lisboa. Porto Editora, 2013.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. O Holocausto Nazista: a criação do Estado de Israel e da sua identidade nacional. **Id on Line Rev. Psic.**, Fevereiro/2023, vol.17, n.65, p. 409-430, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 01/02/2023; Aceito 24/02/2023; Publicado em: 28/02/2022.